COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.020, DE 2011.

(apensado o Projeto de Lei nº 3.941, de 2012).

Altera o art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

VOTO EM SEPARADO

Aprovado na Comissão de Educação desta Casa, com substitutivo apresentado pela relatora, Deputada Fátima Bezerra (PT/RN), o Projeto de Lei nº 3.020, de 2011, e seu apensado, o PL nº 3.941, de 2012, recebeu parecer por sua incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira, apresentado pelo relator nesta Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Ennio Verri (PT/PR).

É imprescindível lembrar que foi apreciado também por esta Comissão o Projeto de Lei nº 7.341, de 2006, oriundo do Senado Federal, e seu apensado, o PL nº 619, de 2007, do Poder Executivo, que resultaram na

Lei nº 11.738, de 2008, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Agora como aquela ocasião, o relator propõe que este colegiado limite sua apreciação ao impacto orçamentário-financeiro **somente para a União**, no que se refere à complementação de recursos federais para a integralização do pagamento do valor do piso nacional dos professores.

Por um lado, a lei federal aprovada pelo Congresso Nacional, e sancionada pela Presidência da República, institui o piso nacional do magistério a ser pago **não pela União**, mas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, sem nenhuma avaliação do significativo e insustentável impacto orçamentário-financeiro dessa medida para os entes federados subnacionais.

Em especial, esse impacto decorre do critério de reajuste adotado pela Lei nº 11.738, de 2008, que vem implicando crescimento do valor do piso nacional do magistério muito acima da inflação e do próprio aumento da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com o Ministério da Educação, entre 2010 e 2015 o piso do magistério foi reajustado em 75,22%, enquanto o INPC acumulado no mesmo período foi de 34,65%. Portanto, o ganho real do piso nacional dos professores foi de 47,9%. E no mesmo período, o salário mínimo foi reajustado em 24,1%.

Apesar da limitação dos recursos federais para integralização do pagamento do valor do piso nacional dos professores aos entes federados já beneficiados com a complementação da União ao Fundeb, é fundamental lembrar que, entre 2009 e 2014, **não houve nenhuma transferência de recursos federais.**

Em decorrência da instituição do piso nacional do magistério, multiplicaram-se as greves de professores não só nos estados e Distrito Federal, mas também nos Municípios, em extensão desconhecida antes da Lei nº 11.738, de 2008. Somente neste ano de 2015, já estiveram ou estão em greve os professores estaduais do Distrito Federal, Paraíba, Paraná, São Paulo, Pará e Pernambuco.

Como resultado desses movimentos de paralisação, ao contrário do que propugnavam os defensores da lei do piso nacional do magistério tal como aprovada, sancionada e em vigência desde 2008, o aumento da remuneração média dos professores, por si só, mostrou-se incapaz de melhorar a qualidade da educação básica. Ao contrário, pela primeira vez desde que instituído em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não atingiu em 2013 as médias nacionais fixadas pelo MEC para os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio.

Não é somente a melhoria na remuneração, mas uma boa seleção, o aperfeiçoamento, a capacitação e a ampliação do conhecimento por parte dos docentes que permite melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Por todas essas razões, é inadmissível que a lei federal possa criar despesas para os Estados, Distrito Federal e Municípios sem avaliação do

impacto orçamentário e financeiro para os entes federados subnacionais e, ao mesmo tempo, o ilustre relator apare-se na avaliação desse impacto para a União a fim de não ampliar os recursos federais para integralizar o pagamento do piso nacional pelos entes que conseguem cumprir a Lei nº 11.738, de 2008 somente com os recursos constitucionalmente vinculados à educação.

Tendo em visto o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.020, de 2011, e do Projeto de Lei nº 3.941, de 2012, na forma da emenda substitutiva adotada pela Comissão de Educação.

Sala da comissão, em 11 de Maio de 2015.

HILDO ROCHA
Deputado Federal
(PMDB/MA)